

Reestruturações produtivas nos tempos de crise: reflexões sobre a nova (des)ordem

*Celia Regina Congilio Borges**

Resumo:

Ordem? (Des) ordem? Por intermédio do que se convencionou chamar reestruturação produtiva, pretendemos assinalar contradições que emergem quando um único país, EUA, tenta impor ao mundo uma nova ordem mundial, fundada na divinização unívoca do mercado. Felizmente, os movimentos sociais reagem. Que venha a desordem!

A produção econômica ordenando/desordenando as nações

Trabalhadores italianos realizaram a primeira greve geral em 20 anos, contra mudanças de flexibilização na legislação trabalhista propostas pelo governo. Empresários e militares se juntam num golpe de Estado abortado pela reação popular na Venezuela. Estados Unidos, atingidos em seus símbolos nacionais, no famoso atentado de 11 de setembro, empreendem uma guerra e arrasam um país islâmico, numa demonstração espalhafatosa de força para reafirmar seu poderio econômico/militar frente às demais nações do planeta. Milhares de pessoas nas ruas em Montevideú, contra a crise do país que apresenta taxa de desemprego de 14,4%. Israel intensifica ataques contra civis palestinos. Um continente do hemisfério, o africano, quase desaparecendo por inanição do seu povo. Isso tudo pôde ser apreendido em questão de minutos, numa passada rápida de olhar sobre um dos grandes jornais paulistanos (*Folha de S.Paulo*, 17/04/02)¹.

* Doutoranda em Ciências Sociais pela PUC-SP e membro do Neils.

¹ Quase um ano depois, os trabalhadores italianos ainda resistem às flexibilizações; na Venezuela, se mantém o embate entre os defensores do governo e os golpistas; manifestações de apoio ao povo palestino foram amplamente observadas no III Fórum Social Mundial (23 a 28 de janeiro de 2003) e EUA mantêm ataques aéreos em focos de resistência no Afeganistão e forçam uma guerra contra o Iraque.

Podemos acrescentar os resultados das eleições brasileiras que alçaram ao poder um ex-operário, que, não sabemos ainda o quanto restou de real ou se transformou em simbólico, representa um partido que aglutina amplo espectro da esquerda no país.

Uma quantidade imensa de acontecimentos poderia ainda ser relacionada, mas estes, por enquanto, parecem suficientes para o intento deste artigo: desfazer a mística corrente de que mercado e produção econômica dizem respeito a um assunto e Estado-nação a outro. E, também, fazer notar algum nível de (des)ordem pairando sobre os três. Sob a aspiração capitalista, ordem, significa o esforço institucional dos países hegemônicos, dirigidos às demais comunidades nacionais, para que estas assegurem o consenso em torno de valores ideológicos vitais para manutenção do controle do capital sobre o seu próprio desenvolvimento.

A reflexão sobre reestruturações produtivas² se insere no cenário mais amplo de funcionamento do Estado-nação como espaço de produção econômica e sobre o qual se organiza a dominação de classe. A maneira como se estabelecem as forças produtivas e as relações sociais de produção constituem a força motriz desse poder.

Nos tempos atuais, quando se quer fazer crer que as nações estariam perdendo espaço como agentes decisórios de poder e, portanto, de dominação, percebemos a desenfreada ascensão dos mercados financeiros a partir de uma efetiva participação dos Estados Nacionais. A este respeito, Chesnais (2001:19) fornece pistas relevantes: se “hoje são as finanças que comandam o nível e o ritmo de acumulação, este é um processo que diz respeito à reprodução ampliada do capital relacionada com sua capacidade de produção e de exploração da força de trabalho”. Daí as diferentes formas históricas de organização dos meios de produção, denominadas, nas últimas décadas, como reestruturação produtiva. Esta já foi conhecida por organização racional, o que deu ao termo pretensas ares de cientificidade, como assim o divulgou Frederic Taylor, considerado ainda com muito zelo nos manuais de administração de empresas.

Tal questão coloca, como bem destaca Chesnais, os grupos industriais no coração das relações de dominação. Isso não é pouco diante da idéia, bastante difundida nos meios acadêmicos, de que, por conta da capacidade de expansão “autônoma” dos mercados financeiros, a teoria do valor proposta

² No Brasil, o termo tornou-se difundido no início dos anos 90, com o apelo de ingresso do país na “nova ordem mundial”.

por Marx estaria em desuso. Tal excrescência tem como pressuposto que a ampliação do capital, em sua forma financeira, prescinde da exploração direta da mais-valia e indica o capital, agora, como a “fonte misteriosa de seu próprio crescimento”. Chesnais (2001) identifica tais formulações com o que Marx designa como a forma mais impetuosa de fetichismo, cujo efeito deletério é apresentar o mundo como imensa mercadoria.

Outro aspecto a ser mencionado diz respeito à necessidade de contínua expansão da base internacional do atual regime de acumulação, o que coloca em discussão a extrema mobilidade adquirida pelo capital nos espaços considerados como mercados emergentes. Isso diz respeito tanto às desregulações - chamadas de forma eufêmica como flexibilização do trabalho – quanto à remuneração do capital por intermédio, entre outras, das chamadas “guerras fiscais”. Reflete também o crescente desemprego e as diversas formas que as reestruturações produtivas assumem em diferentes regiões, utilizando-se de muitas novas tecnologias em algumas localidades e de quase nenhuma em outras.

Contudo, nesta virada de século as contradições se intensificam a olhos vistos. Se por um lado tem-se a impressão de que o capitalismo conseguiu unificar o mundo num grau sem precedentes de internacionalização de mercados e de técnicas de produção, por outro, mesmo fragmentadas, as lutas sociais avançaram com vitórias significativas, em indícios de que a “nova ordem mundial”, proposta como alternativa à vigente no pós-Guerra Fria pelas potências econômicas, apresenta fissuras e abrem brechas importantes para a construção contra-hegemônica (Almeida, 2002).

Reestruturação produtiva na nova desordem

O que se habituou chamar de reestruturação produtiva compreende uma série de modificações técnicas e gerenciais empreendidas nas formas de produzir bens e serviços, o que, podemos afirmar, não é nenhuma novidade. Desde quando a ferramenta se transferiu das mãos do homem para as máquinas e o proletário surgiu como classe desapropriada de meios de produção, a classe capitalista se empenha em duas tarefas grandiosas - controle sobre o processo e controle sobre o ritmo de trabalho - exigências contínuas da produção e reprodução de sua existência como classe dominante. Os avanços tecnológicos e os ciclos de expansão e de crise levam o capital a renovar constantemente as qualificações e requalificações profissionais, as formas de cooperação, divisão e organização técnicas do

trabalho e as de distribuição e redistribuição do trabalho no interior (e no exterior) das empresas e das nações. Assim, cada momento de crescimento do capitalismo reflete a forma de organização da produção mais adequada para maximizar a rentabilidade das empresas, sob cada uma das sucessivas revoluções tecnológicas (Harnecker,2000 :124). Trata-se pois de verificar, a partir das indicações de Marx (1994), como se configura, na divisão técnica, as relações sociais de apropriação em contraposição àquelas que seriam a função social do trabalho, considerando os diferentes períodos do desenvolvimento capitalista.

Quanto aos processos contemporâneos de reestruturação produtiva, os novos reagrupamentos hegemônicos, que emergiram com a crise capitalista dos anos 70, impulsionaram mudanças na divisão internacional do trabalho. Considerando a visibilidade dos efeitos perversos das atuais dinâmicas do capitalismo e a ainda frágil capacidade de oposição dos movimentos sociais, supomos que a implantação de reestruturações nos processos produtivos vem criando, sistematicamente, novas formas de controle técnico e ideológico sobre os trabalhadores, combinando práticas simultâneas no campo institucional e nos setores produtivos.

Os prenúncios da desordem: mutações no imperialismo

No início dos anos 70, o capitalismo, principalmente a partir das formações sociais imperialistas (EUA e parte da Europa), viu-se às voltas com uma grande queda nas taxas de crescimento, como não ocorria desde os anos 30. Houve duas exceções, Japão e Alemanha (inicialmente, ocidental), que apresentavam um grande vigor no seu crescimento, o que levou muito freqüentemente a se tratar este processo como crise de hegemonia. Tal interpretação suscitou questões (às vezes fortemente especulativas) sobre quais países comandariam um novo ciclo de crescimento ou que novas relações se estabeleceriam entre as formações sociais imperialistas e, também, sobre qual papel desempenhariam os Estados nacionais neste novo ciclo.

Segundo Almeida (1997), duas posições se destacaram a este respeito. A que postula a existência de um acirramento nas relações interestatais, a ponto de poucos serem os sobreviventes; e a que atribui pouca importância ao Estado-nação e tende a enfatizar a importância do “poder local”. No plano normativo, a primeira posição insiste na necessidade de se revigorar e bem conduzir o Estado nacional, preparando-o para enfrentar o grande capital transnacional ou, no mínimo, estabelecer relações menos desfavoráveis com ele. Desta forma, aumentaria a probabilidade de conseguir uma boa “inserção” na nova ordem. A segunda costuma oscilar entre a proposição de uma ordem supra-estatal em processo de constituição e esferas

subnacionais. Alude a uma situação em que a produção econômica não teria mais fronteiras, dada a crescente predominância de « verdadeiras unidades de negócios da economia global » (Ohmae, 1996: XXI).

Almeida (1997) insiste em que ambas as posições, ao desconsiderarem o caráter de classe dos atuais Estados nacionais, podem perder de vista justamente o papel que estes desempenham nesta fase de transnacionalização do capitalismo. O autor se inspira em Poulantzas (1975) que, já no início da crise dos anos 70, ao analisar as mudanças na economia em escala mundial, não deixou de relacioná-las com as formas e funções básicas assumidas pelo Estado nacional nas formações sociais imperialistas contemporâneas. O exame do processo de reprodução ampliada das relações interimperialistas era o passo inicial de um estudo mais amplo: o das relações entre as metrópoles imperialistas e as formações sociais dependentes. Partindo dessa delimitação fundamental, Poulantzas traçou uma periodização desde os primórdios do capitalismo e percebeu que, diferente do colonialismo, quando se buscava indiretamente a constituição de mercado para ampliação de consumo, tratava-se agora da reprodução do capital no próprio seio das formações sociais dominadas. E, no interior destas, da reprodução das relações de dominação que ligam cada uma das formações sociais dominadas às metrópoles imperialistas, conduzindo a processos desiguais de difusão da produção econômica e, portanto, do desenvolvimento.

Para Poulantzas, esse novo período de assimetrias mantém como característica essencial a preeminência do imperialismo na exportação de capitais sobre a simples exportação de mercadorias, tese mais recentemente detalhada por diversos autores, entre os quais Chesnais (1996) que, a partir de outras formulações teóricas, recorre a importante fundamentação empírica. Isso corresponde a mudanças nas relações entre as metrópoles e, também, entre estas e as formações dominadas. O modo de produção capitalista domina agora a partir do interior das formações dominadas, estendendo seu domínio aos aparelhos de Estado e às suas formas ideológicas.

Poulantzas (1985) caracteriza cada fase do imperialismo por formas diferentes de realização da dominação e da dependência. O autor considera que uma formação social é dependente quando a sua própria estrutura econômica, política e ideológica exprime relações constitutivas e assimétricas com uma, ou várias outras formações sociais que ocupam, em relação a ela, uma situação de poder. Obviamente, as formulações elaboradas por Poulantzas devem ser examinadas criticamente à luz das profundas alterações ocorridas no último quartel do século XX e cujos contornos o autor mal pôde vislumbrar.

As bases das mutações imperialistas estão assentadas nas formas em curso assumidas pela divisão internacional do trabalho, que, conectadas com diferentes metrópoles e formações sociais dominantes, resultam em processos de desenvolvimento desiguais, inseridos em diferentes graus de correlação de forças. Com a crise de crescimento econômico dos anos 70, a busca por mais agilidade nos fluxos de produção resultou em alterações não só na divisão internacional do trabalho, mas, com muita força, nas formas de realização do próprio trabalho.

A reestruturação produtiva contemporânea

No auge da crise, no início dos anos 80, “o desenvolvimento econômico registrado pelo Japão chamou a atenção do empresariado de diversos países capitalistas” (Santos, 2001:13). Enquanto no Ocidente a crise era atribuída ao engessamento das relações de trabalho pelas conquistas dos trabalhadores no pós-guerra e aos “limites rígidos” da forma taylorista de produção, no Japão tudo parecia bem diferente. Lá, ironiza Santos (2001:14), existiam “sindicatos de empresa, sem tinturas classistas, capazes de fomentar o desenvolvimento nacional e, com isto, conduzir ao bem estar do mundo do trabalho ao mesmo tempo que o capital”.

Desde então, o termo reestruturação produtiva se tornou sinônimo de modernidade e nenhuma empresa passaria incólume se não se adaptasse às exigências colocadas pelos novos fluxos de competitividade. Enxugar, padronizar, toyotizar, produção flexível, entre outras, passaram a ser palavras chaves das novas formas de produzir. Diversos analistas se apressaram em caracterizar os processos - que apenas despontavam - como crise do sistema fordista de produção e discorreram sobre o que passaram a chamar de *novos paradigmas* de organização industrial. Um formidável conjunto de formulações apologéticas, tecendo comentários sobre a superioridade da forma japonesa de produzir invadiu o universo acadêmico. Além da suposição de que o sucesso japonês se devia à «flexibilidade» que introduzia nos processos produtivos, em oposição à «rigidez» das formas adotadas pelo taylorismo/fordismo, estes analistas compartilhavam outras formulações gerais. Por exemplo, sobre as infinitas possibilidades técnicas do chamado modelo japonês, consideradas como portadoras de recuperação do saber fazer operário, raptado pelo modo taylorista de produzir.

Essas afirmações se tornaram correntes nas formulações tanto de teóricos críticos à onda neoliberal que invadia o mundo - expressas principalmente pela Escola de Regulação Francesa, com matriz em Aglietta

(1986) e utilizadas amplamente por setores próximos à social-democracia - quanto nas proferidas pelos mais aguerridos defensores do liberalismo em vigor. A panacéia da flexibilidade se tornou mote para os mais ferrenhos ataques às conquistas dos trabalhadores que, no caso brasileiro, está culminando no desmonte da CLT sem uma reação ainda eficaz dos movimentos sociais. Mesmo aos críticos do capitalismo sobrraram resquícios da ideologia impregnada no discurso social democrata. Com algum espanto vimos autores críticos e anti-capitalistas incorporarem idéias procedentes da teoria regulacionista. Uma delas, foi considerar como elemento da crise o “esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção” (Antunes, 1999 e Bühr, 1998), representação que, de certa forma, fundamenta interpretações de que a *flexibilidade* na forma toyotista de produzir se contrapõe à *rigidez* fordista.

Sem desconsiderar o valor imenso da contribuição de ambos os autores para o aprofundamento de uma visão crítica sobre as relações assumidas entre capital e trabalho, assinalamos algumas nuances de interpretações teóricas. Trata-se da aproximação que fazem entre duas análises: a da crise que se instalou no capitalismo a partir dos anos 70 e a das mudanças que passaram a ocorrer, desde então, nas formas produtivas. Ambos os fenômenos têm sido genericamente tratados como “crise do fordismo”, onde o termo fordismo é utilizado em suas origens gramscianas. No texto “Americanismo e Fordismo”, Gramsci (1979) interpreta as formas assumidas pela dominação capitalista na sociedade norte americana como um arquétipo das formas de organização que o capital imprimia aos processos produtivos, as quais se convencionou chamar pelo binômio taylorismo/fordismo.

A partir deste referencial teórico, mas obscurecendo o papel ideológico que exerceu esta forma de organização social, argumento forte em Gramsci, a Escola de Regulação Francesa identifica as relações do modo de produção capitalista que emergiram no pós-guerra com um pacto. Teriam vigorado, então, “relações sociais fordistas” e “acordos societais” que possibilitaram ao Estado atender às demandas colocadas pelos trabalhadores. Desta ótica, a crise capitalista contemporânea tem sido atribuída mais à queda de produtividade que teria sido gerada por este pacto, causador de vários níveis de “inflexibilidades” (principalmente nas formas de realizar e de contratar o trabalho), do que como imanência própria, explicada por Marx ao discorrer sobre as “leis da tendência decrescente da taxa de lucro” e as contradições que ocorrem quando, a partir de um certo ponto, o desenvolvimento das forças produtivas se converte, ele próprio - ao trocar trabalho vivo por

trabalho objetivado - em barreira para o regime de acumulação capitalista (Marx, 1985).

Mesclam-se análises da crise capitalista com reflexões sobre as formas ideológicas de sociabilidade geradas pelo capitalismo e, ainda no mesmo caldeirão, considerações sobre os métodos de gerenciamento da organização produtiva. Neste emaranhado de idéias, a crise capitalista “aparece” como resultado da crise do fordismo sem distinção entre suas formas, uma de “acordo societal” e, outra, de método de organização do trabalho. Mesmo tecendo críticas agudas à social-democracia, tanto Antunes (1999) como Bihr (1998) parecem cair nesta armadilha.

As análises, de forma geral, não distinguem os dispositivos ideológicos predominantes num determinado período de tempo, de formas absolutas de controle sobre o trabalho exercidas desde sempre e extremamente atualizadas nas condições produtivas contemporâneas, numa ofensiva do capital para reverter a crise em suas manifestações mais recentes³. Exemplo disso é o chamado *just in time*, fortemente marcado pelo princípio primeiro do taylorismo/fordismo, ou seja, o controle absoluto do tempo maximizado pelas novas possibilidades tecnológicas que superam em muito os limites do cronômetro ou da esteira de produção. Mencionamos ainda o princípio da separação entre planejamento e execução com o conhecimento agora detido na máquina, enquanto segmentos de trabalhadores se tornam exímios apertadores de botões.

A fusão mencionada das análises teóricas propiciam, do nosso ponto de vista, pelo menos dois grandes equívocos. Primeiro, a crise em curso tem sido explicada menos como resultado das contradições próprias do capitalismo - o que engendrou a crise das ideologias que o apoiou nos períodos antecedentes - e mais como resultado da “rigidez” fordista nas relações de trabalho e nos processos produtivos.

É preciso notar que o fordismo possui características distintas nas diferentes formações sociais, seja em sua caracterização produtiva ou em seu arquétipo social. No caso brasileiro, por exemplo, é conhecida a extrema flexibilidade, principalmente no que se refere à rotatividade da força de trabalho e precariedade dos direitos trabalhistas. Tal combinação produziu, além da desqualificação típica do fordismo, processos de urbanização desenfreados, com a proliferação das submoradias como as que compõem as

³ Não se trata em absoluto de uma retórica sobre o que veio primeiro, a crise capitalista ou a reestruturação produtiva, mas de desvendar as mutações ideológicas que se materializam nas relações sociais do presente.

favelas, habitadas por trabalhadores superexplorados e que passaram a fazer parte dos cenários dos centros urbanos desde o início dos anos 50. Neste período, os países vitoriosos na Segunda Guerra empreenderam um novo arranjo na divisão internacional do trabalho, impulsionando a industrialização brasileira em moldes bem diferentes dos propostos nos “acordos societais” europeus e estadunidenses. Além disso é necessário observar que, mesmo nesses países, o crescimento econômico observado no período, denominado pela Escola de Regulação como “virtuoso”, favoreceu o extremado corporativismo sindical, mantendo amplas parcelas de populações, como os migrantes, negros e mulheres submetidos à extrema exploração em outras formas de realização do trabalho e fora dos tais acordos. Bem-estar social, visto da ótica da Escola de Regulação Francesa, torna-se uma idéia ambígua que enevoa as desigualdades que vigoraram no capitalismo dos “anos dourados”.

Quanto ao segundo equívoco, as novas tecnologias, dizem os representantes da Escola de Regulação Francesa, propiciam maior autonomia e flexibilidade em relação ao “saber fazer operário”, tornando-se portadoras de potencialidades capazes de realizar a emancipação humana. Esta formulação se traduz em grande apologia à técnica, sem o questionamento do controle sobre ela. Abandona-se, a partir dessa idéia, referências à contradição básica formulada por Karl Marx, que se explicita na apropriação do trabalho e na luta imanente entre os proprietários e os desapropriados pelo controle de produção das riquezas sociais. Especula-se, agora, sobre as possibilidades de um “capitalismo humanizado”, cujo dinamismo estaria assentado numa sociedade “pós-industrial” harmoniosa e desconfituada, tão almejada por Masi. Para o autor:

“Enquanto a sociedade industrial simplificava enormemente a dinâmica social, empurrando os contendores para os dois pólos opostos, burguesia e proletariado, a sociedade pós-industrial coloca em jogo novos sujeitos, fraciona os dois precedentes, desincorpora-os e diversifica-os com base nas tecnologias, na organização do trabalho, no mercado, no sexo, na idade, no profissionalismo, na raça, na religião, na região, na escolaridade, nos gostos e assim por diante” (Masi, 2001:174).

Bihl (1998) e Antunes (1999), embora compartilhem a noção de “crise do fordismo”, materializam-na como a própria crise da social-democracia, vista por eles como forma ideológica de existência política do capital. Por isso, formulam críticas contundentes às propostas social-democratas para a construção de um novo compromisso entre capital e proletariado, o que, para Bihl, seria uma forma de saída “honrosa” para o capitalismo diante do esgotamento liberal. Nessa perspectiva, ambos indicam os desafios que estão

colocados à classe trabalhadora para que constitua um verdadeiro projeto de emancipação humana, o que pressupõe o fim da exploração do trabalho perpetuada pelo capitalismo.

A reestruturação produtiva brasileira

No Brasil, o Estado tem se rendido aos ditames do imperialismo de plantão com subserviência manifesta, entre outras, nas formas pelas quais tem coordenado os processos de reestruturações produtivas. A busca por consenso em torno da “nova ordem social” se manifestou em apelos produtivos contundentes, tal como a declaração do “ano da qualidade e da produtividade” insistentemente apregoado pela mídia em 1990, seguido pelo Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), criado por Fernando Collor de Mello e, ainda, em vigor.

A reestruturação produtiva atual se constitui numa série de ajustes nos métodos de organização do trabalho que intensificam a jornada e trazem, independentes de inovações tecnológicas de grande vulto, extremados ganhos de produtividade. Envolve, em termos gerais, dois aspectos: alterações no gerenciamento e a introdução gradativa de novas tecnologias, cuja característica mais imediatamente reconhecida é a utilização de máquinas com componentes micro-eletrônicos em substituição às máquinas ferramentas eletro-mecânicas. Esses ajustes permitem diminuir os tempos de trabalho, cujo controle, via de regra, não é mais exercido por um trabalhador destacado essencialmente para essa função. Agora, os próprios produtores, dispostos em grupos que competem entre si para atingir determinada meta de produtividade, se encarregam de acelerar os tempos, uns vigiando os outros.

A Participação nos Lucros e Resultados (PLP), cujos termos foram encaminhados ao governo pela Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) e imediatamente introduzida nos acordos salariais por força de lei - via a medida provisória 794/94, de Fernando Henrique Cardoso - se tornou instrumento importante para que os trabalhadores vislumbrassem a intensificação do trabalho como a quimera do lucro revertida em consumo, mesmo que fosse o básico, cujos salários rebaixados já não podiam mais realizar.

A conformidade da produção, de acordo com metas determinadas pelo mercado, prescinde agora da figura do inspetor. Aos trabalhadores, chamados de polivalentes porque apertam botões de diversas máquinas quase que em tempo simultâneo, é dada a responsabilidade pelo cumprimento das metas e pelas normas de

produção. Do lado da gerência, não há muito com o que se preocupar: as máquinas, devidamente programadas com precedência, garantem a conformidade dos produtos. Necessário é modelar os trabalhadores e, para isso, um conjunto de comportamentos são ensinados à guisa de cursos de “treinamento” e “qualificação”, disseminados como Sistema de Qualidade. Financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), o objetivo dos Programas de Qualidade Total é padronizar convenientemente a produção e o comportamento dos trabalhadores para que os produtos sejam finalizados de acordo com as exigências do mercado (Borges, 1997).

Outros ajustes foram colocados em prática: diferenciação nos produtos graças às possibilidades operacionais das tecnologias, diferentes disposições das máquinas de forma a permitir o manejo simultâneo por um único trabalhador, novas formas de estocagem e a tão discutida terceirização. Além disso, as máquinas computadorizadas exigem ambiente limpo e arejado. Que bom para os trabalhadores! Adeus à graxa! As doenças pulmonares darão vez às lesões por esforços repetitivos (LER) ou ao Karochi, conhecido pelas bandas japonesas como morte por exaustão. A isso tudo chamam de “produção flexível”!

Todas essas mudanças exigem formas de hierarquia no controle da produção que se diferenciam das que predominaram no pós-guerra. Contudo, longe de representar ruptura com os princípios do taylorismo/fordismo, acreditamos que os novos métodos apresentam um grau acentuado de aprofundamento desses mesmos princípios. O controle do capital sobre o trabalho nunca foi tão presente quanto nas metodologias em vigor. Do ponto de vista técnico da produção, a fiscalização do tempo e a separação entre planejamento e execução estão inscritas na própria máquina que eletronicamente computa as quantidades produzidas e, com raras exceções, chega à produção devidamente programada por técnicos altamente especializados.

Do ponto de vista do «pacto social», observa-se um significativo refluxo dos movimentos sociais e, assim como no pós-guerra do capitalismo desenvolvido, grande parte dos sindicatos torna-se aguerrida difusora da ideologia produtiva vigente. Mediante a utilização de recursos provenientes do Estado, por intermédio de programas que atestam apoio econômico e ideológico às políticas exigidas pelo capital internacional, as centrais e seus sindicatos disseminam cursos, palestras, imprimem jornais, fazem campanhas, acordos setoriais etc., que propagam o ideário produtivo das empresas. O impacto das reestruturações produtivas em seus aspectos contemporâneos

ressoou forte sobre a luta de classes no Brasil. Mesmo sindicatos de origem e tradição classista incorporaram propostas que fizeram recuar direitos arduamente conquistados pelos trabalhadores.

Distinguimos pelo menos dois fortes impactos nos resultados sobre as lutas sindicais: o primeiro diz respeito à incorporação, em vários níveis de negociação sindical, de termos como flexibilidade, polivalência e autonomia, evocados como possibilidades emancipatórias trazidas pelas novas tecnologias. Esta incorporação acrítica tem se dado com frequência cada vez maior tanto em textos acadêmicos, empresariais e governamentais, como nos sindicais, independente da corrente ideológica que exprimem. O Programa Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), aplicado por intermédio dos cursos de formação profissional ministrados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) por empresas, ONGS e sindicatos de todas as « cores » tem sido um vigoroso instrumento governamental desta forma ideológica de disseminação ideológica.

O segundo impacto é indicado na emergência do chamado sindicalismo propositivo, com atuações que sugerem um resgate dos « benefícios » perdidos com o fim dos « acordos societários ». No ABC paulista, considerado o berço do sindicalismo combativo brasileiro, está tomando forma um amplo leque de alianças entre governos locais, empresários e representações de trabalhadores, com vistas à defesa sistemática de interesses localistas que incluem, no mínimo, propostas que assimilam fortes aspectos do corporativismo próprio do modelo europeu de sindicalismo social-democrata. Isso se consolida, em especial, por intermédio dos acordos requeridos nas denominadas câmaras setoriais e regionais.

A junção entre Estado, empresários e as novas formas assumidas pelo movimento sindical tem cumprido um papel de grande alcance na hegemonização dos termos relacionados com a reestruturação produtiva e com o que passaram a conotar como inexorável - a *globalização* da economia. A reestruturação produtiva é disseminada como condição inevitável de *inserção do país na modernidade*. Nos discursos dos governantes e também de setores ligados aos movimentos sociais, os efeitos da crise social aparecem como uma conjuntura apenas transitória, passível de ser contornada pela aplicação das chamadas políticas compensatórias. Por intermédio delas, vultuosas somas são despendidas sem outro efeito que não seja o de amortecer as lutas reais por emancipação da classe trabalhadora, motivo pelo qual proliferam os cursos de computação para desempregados de baixa renda que mal sabem ler e escrever, comunidades solidárias que isolam segmentos em atividades efêmeras, propostas de renda mínima para manter crianças em escolas degradadas material e pedagogicamente e assim por diante.

Onde está a (des)ordem?

Os ajustes que o capitalismo vem fazendo nos últimos 30 anos, mais do que nunca sob a hegemonia imperialista norte americana, enfraquecem os Estados nacionais em duas dimensões: “na elaboração e implementação de políticas econômicas e sociais, ou seja, na capacidade de regulação das atividades econômicas e no comprometimento de sua função de representação do interesse geral da sociedade enquanto um conjunto de indivíduos formalmente livres e iguais” (Moraes, 2001:96).

Esta situação é abordada por Almeida (1996), ao analisar os impactos da economia em curso sobre a ideologia nacional. Na corrente inversa das formulações que consideram o fim dos nacionalismos, o autor indica que a crise da ideologia nacional intensifica os movimentos nacionalistas ao invés de enfraquecê-los, pois esta mesma crise conduz ao questionamento do Estado quanto à sua capacidade de regulação e de assegurar a integridade da comunidade nacional. Em outro artigo, Almeida observa que a fragilização deste papel

“produz contradições que tornam bastante complicado o exercício de uma função estrutural do Estado burguês como organizador dos interesses das classes dominantes e, em contrapartida, desorganizador das lutas dos trabalhadores: a de constituir todos os agentes da formação social como cidadãos. O que se propõe em termos práticos (e cruciais) é a questão de como assegurar a legitimidade da expropriação do excedente em condições marcadas por uma dupla dificuldade na constituição da cidadania pelo Estado nacional. Este enfrenta problemas ‘pelo alto’ (...) devido à dupla lealdade fundamental (Estado x empresas capitalistas). Também os enfrenta ‘embaixo’, devido, em primeiro lugar, à tendência à reprodução, em novos termos, das relações de dependência entre o trabalhador direto e os funcionários do capital e, em seguida, aos impasses com que se defronta para assegurar, em um contexto marcado pela ‘exclusão social’, as condições político-ideológicas de constituição de todos os não proprietários dos meios de produção, como cidadãos” (Almeida, 1997:75).

O autor percebe que se estas contradições segregam e segmentam as classes trabalhadoras, elas geram também condições para a criação de lutas por novas formas de sociabilidade, contra a dominação capitalista.

Nossa tarefa, portanto, é examinar o presente adotando uma perspectiva que possibilite apreender as múltiplas facetas de um processo social conflitivo e contraditório, constantemente reafirmado e recolocado em

novas dimensões para atender às necessidades produtivas e reprodutivas da acumulação capitalista. Mas, também, permanentemente colocado em xeque com vigor pelas lutas sociais que com teimosia persistem.

Ordem? (des)ordem? Saudações ao MST, ao EZLN, às FARC'S, aos manifestantes em Seattle, às marchas contra o desemprego e contra o imperialismo em quase todas as partes do mundo e, sobretudo, aos que possuem inabalável crença num mundo igualitário possível e sua infinita capacidade de lutar por ele.

Que venha a desordem!

Bibliografia

AGLIETA, Michel (1986). *Regulacion y Crisis del Capitalismo*. México, Siglo Veintiuno.

ALMEIDA, Lúcio Flávio R. de (1996). “Corrosões da cidadania: contradições da ideologia nacional na atual fase de internacionalização do capitalismo”. *Lutas Sociais*, 1.

_____ (1997). “Entre o local e o global: poder e política na atual fase de transnacionalização do capitalismo”. In DOWBOR L., IANNI, O. e RESENDE. P.E. (orgs.). *Desafios da Globalização*. Petrópolis, Vozes.

_____ (1998). “Estado, nação, transnacionalização: algumas reflexões em torno do Manifesto Comunista”. *Lutas Sociais*, 4.

_____ (2002). “Lutas Sociais na Nova Des(ordem)”. *PUCviva*, 15.

ANTUNES, Ricardo (1999). *Os Sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, Boitempo.

BIHR, Alain (1998). *Da Grande Noite a Alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo, Boitempo.

BORGES, Celia Congilio (1997). *Reestruturação produtiva e luta de classes: impactos político-ideológicos da difusão do modelo japonês no Brasil*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, PUC.

CHESNAIS, François (1996). *A Mundialização do Capital*. São Paulo, Xamã.

- _____ (2001). “Mundialização: o capital financeiro no comando. *Outubro*, 5.
- GRAMSCI Antonio (1979). *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- HARNECKER, Marta (2000). *Tornar Possível o Impossível: a esquerda no limiar do século XXI*. São Paulo, Paz e Terra.
- MARX, Karl (1994). “Maquinaria e trabalho vivo: os efeitos da mecanização sobre o trabalhador”. *Crítica Marxista*, 1.
- _____ (1985). *Grundrisse: lineamentos fundamentais para la crítica de la economía política, 1857-1858*. México, Fondo de Cultura Económica.
- MASI, Domenico de (2001). *O Futuro do Trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- MORAES, Antonio Carlos de (2001). “Reflexões sobre o Estado burguês no Brasil: quase uma década de política neoliberal”. *Lutas Sociais*, 7.
- OHMAE, Kenichi (1996). *O Fim do Estado Nação: a ascensão das economias regionais*. Rio de Janeiro, Campus.
- POULANTZAS, Nicos (1975). *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*. Rio de Janeiro, Zahar.
- SANTOS, Ariovaldo (2001). *Trabalho e Globalização: a crise do sindicalismo propositivo*. São Paulo, Praxis.